



CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ/RN

**Rua Idalino de Oliveira, s/n – Centro - CEP: 59.600-135 – Mossoró/RN – Fone: 84 2140-9400
CNPJ nº 08.208.597/0001 -76.**

Em nome de Deus e da Lei, foi aberta a 10ª sessão ordinária da 1ª sessão legislativa da 20ª legislatura da Câmara Municipal de Mossoró, em primeiro de abril de 2025. A mesa diretora tinha Raério Cabeção – 1º vice-presidente; Petras – 1º secretário; John Kenneth – 2º secretário substituto. Foram lidos texto bíblico e ata da 2ª sessão ordinária, de 25 de fevereiro, bem como pauta: Projeto de Lei do Executivo 115, Projetos de Lei do Legislativo 55 e 57, Requerimentos 59, 61, 62, 63 e 65 a 71, Indicações 637 a 639, 652 a 654, 663, 672, 682, 722, 723, 752, 753, 760 a 763, 771, 773 a 775, 779, 794 a 796, 802 a 805, 812 a 815, 821 a 823, 825, 826, 830 a 834, 837 a 845, 855 a 857, 865 a 875, 885 a 890, 892 a 894, 902 a 905, 918 e 919. Na tribuna popular, o senhor Alexandre Dantas cobrou valorização do artesanato e turismo, mencionando exposição no Partage Shopping, visitada pelo vereador Kayo Freire, presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Turismo, Cultura e Artesanato, acrescentando que os empreendedores do setor recebiam atenção do vereador Genilson Alves, criador da primeira frente parlamentar do turismo do Rio Grande do Norte. Concluindo, pediu união para tornar realidade pleitos antigos. No comentário, o vereador Kayo Freire apoiou pleitos, informando que em breve a Frente Parlamentar estaria instalada para capitanear inovações. No pequeno expediente, o vereador Jailson Nogueira agradeceu aos colegas pelo acordo para adiar votação de projeto sobre auxiliares de sala e mencionou projetos de sua autoria em benefício de pessoas com deficiência, criticando a falta de convite à oposição para reunião no dia anterior sobre o “projeto incluir”, que, segundo ele, não trazia nada bom, desafiando quem pudesse provar o contrário. O vereador Ozaniel Mesquita disse que a reunião do dia anterior foi aberta e convidou a população a se vacinar contra a influenza. Por fim, pleiteou melhoria do acesso ao Conjunto Nova Mossoró. O vereador Kayo Freire falou da necessidade de buscar parcerias com instituições que acreditam no potencial de Mossoró, como a FIERN, que instalaria escritório, o que se somaria a outras ações e a iniciativas da ACIM. Ele também destacou assinatura de termo de cooperação técnica entre Prefeitura, FIERN e Sinduscon. No grande expediente, a vereadora Marleide Cunha propôs mudanças no “Programa Incluir”, que via como “mais um retrocesso no direito à educação”, considerando necessário exigir mais qualificação dos futuros colaboradores, sendo as tarefas de ajudar na alimentação, locomoção e necessidades básicas das crianças insuficientes para garantir que estudantes com deficiência superem barreiras e desenvolvam potencialidades. Ela também disse que o projeto representava precarização do processo educacional e tinha “viés capacitista”. Em aparte, o vereador Jailson Nogueira elogiou debate e sugeriu suspensão dos trabalhos para ouvir as famílias presentes, além de defender parceria entre Prefeitura e universidades para dar oportunidades a estudantes em formação. O vereador John Kenneth disse que os atuais estagiários também poderiam participar do projeto discutido, acrescentando que o salário dos selecionados poderia ultrapassar um salário mínimo. Ele também negou retrocesso e disse que o colega Doutor Cubano, representando a oposição, foi convidado à reunião do dia anterior. Retomando, a vereadora Marleide Cunha disse que havia retrocesso em comparação com a “Lei Brasileira de Inclusão, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Lei Berenice Biana”, bem como aos estudos acadêmicos. Em aparte, a vereadora Plúvia enalteceu a presença de mães atípicas e estagiários, bem como representação da Ordem dos Advogados do Brasil, manifestando espanto com a defesa a um projeto com erros grotescos. Ela também disse que uma audiência pública provaria interesse em uma discussão séria, advertindo que

não duvidava de votação no dia seguinte em regime de urgência. Concluindo, a vereadora Marleide Cunha pediu aprovação de requerimento de sua autoria para promover audiência pública a fim de possibilitar que as pessoas envolvidas no tema fossem ouvidas em uma cidade que tinha mais de mil crianças com deficiência matriculadas na rede municipal de ensino. Seguindo no grande expediente, o vereador Alex do Frango defendeu o "Programa Incluir" e negou retrocesso, afirmando que as gestões anteriores mostraram descaso com a educação inclusiva e acrescentando que estavam sendo discutidas emendas a fim de aprimorar o projeto, que, segundo ele, não impedia a participação de pessoas dotadas de mais qualificação, rejeitando, por outro lado, que fossem menosprezadas “pessoas com ensino médio”, que receberiam capacitação. Em aparte, o vereador Ozaniel Mesquita disse que as próprias estagiárias atuando em sala de aula poderiam participar desse processo para continuarem trabalhando e que as pessoas que estavam na universidade não haviam recebido treinamento específico. Por fim, disse que o ensino médio era um dos requisitos e esse nível de qualificação merecia ser considerado. A vereadora Marleide Cunha disse que a presidência da Casa Legislativa recebeu ofício da Ordem dos Advogados do Brasil solicitando retirada de pauta do projeto tratando do “Programa Incluir” para que fosse feita ampla discussão com a sociedade. Na sequência, afirmou que era absurdo que o requisito mínimo fosse o ensino médio, o que não significava diminuir as pessoas que obtiveram esse grau de formação, pedindo que o colega na tribuna não diminuísse estudantes com deficiência, que tinham direito à educação de qualidade. Por fim, lamentou não ter sido convidada para reunião do dia anterior. Retomando, o vereador Alex do Frango disse que a situação anterior era de diminuição e desatenção às crianças, acrescentando que as pessoas com ensino médio foram diminuídas quando se cogitava lhes negar oportunidade única de crescimento profissional. O vereador Jailson Nogueira reiterou sugestão de suspensão dos trabalhos para dialogar com as mães atípicas ali presentes, assim como se fez por ocasião da entrega do projeto. O vereador Alex do Frango disse que a perspectiva era de votar no dia seguinte, acrescentando que o projeto “não foi inventado da noite para o dia” e seguia exemplo de outras cidades. Depois, enalteceu lançamento do Mossoró Cidade Junina. Em aparte, o vereador Petras concordou que era preciso estar atento às pessoas com deficiência, sugerindo a preparação de emendas a fim de aperfeiçoar o projeto discutido. O vereador Alex do Frango disse que as melhores pessoas para tratar dessas crianças eram as mães atípicas, “que têm essa necessidade, que têm ensino médio, que não têm formação pedagógica e que podiam participar do processo seletivo”, vedada atuação na mesma escola onde o filho ou filha estudasse. Ainda no grande expediente, o vereador Raério Cabeção disse que na educação estadual havia apenas 500 estagiários e que pessoas com nível superior não se deslocariam a comunidades rurais de difícil acesso. Na sequência, falou de obra paralisada nas escolas estaduais Hermógenes Nogueira e Eliseu Viana, mostrando que a educação estadual era o pior do Brasil, mesmo com uma pessoa que se considerava professora no cargo de governadora, acrescentando que a colega Marleide Cunha não dava aula desde 2008. Ele também disse que apresentaria projeto para garantir que os sindicatos tivessem apenas a presidência liberada das funções de origem, chamando atenção para a sede do antigo clube Aceu como exemplo de descuido com a cultura. Depois, falou do aumento do ICMS e sugeriu suspensão dos trabalhos. O primeiro secretário anunciou a suspensão dos trabalhos. Retomada a sessão, o vereador Genilson Alves assumiu a presidência. Havendo quórum, foi iniciada a ordem do dia. Foi aprovado o Requerimento 60, pela urgência especial do Projeto de Resolução 15/2025, que, depois de receber pareceres favoráveis das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Saúde, Seguridade e Bem-Estar Social; Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, Obras e Serviços Públicos, foi aprovado à unanimidade. Após discussão, foram aprovados os Requerimentos 59, 62, 63 e 65 a 71. O Requerimento 61 foi retirado pela Mesa Diretora. Nada mais havendo, os trabalhos foram encerrados em nome de Deus e da Lei.